

Organizadores

Marcelo Pontes Vianna

Vinicius Marques de Carvalho

LEI ANTICORRUPÇÃO

A visão dos agentes públicos na
implementação da LAC

Alexandre CordeiroMacedo	Antônio Carlos V. Nóbrega	Armando de Nardi Neto
Bernardo Oliveira Daibert	Carlos Higino Ribeiro de Alencar	Elizabeth Cristina Marques Cosmo
Felipe Barbosa Brandt	Felipe Moreira de Carvalho	Leonardo Formiga Larrossa
Luiz Henrique Pandolfi Miranda	Marcelo Pontes Vianna	Mario Vinicius Claussen Spinelli
Rafael Amorim de Amorim	Renato Machado de Souza	Ricardo Wagner de Araújo
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda	Vanir Fridriczewski	Vinicius Marques de Carvalho

São Paulo

2024

EDITORASINGULAR

INTRODUÇÃO.....	11
A LAC AOS 10 ANOS E A ATUAÇÃO DA CGU	15
<i>Vinicius Marques de Carvalho e Felipe Moreira de Carvalho</i>	<i>15</i>
1. A LAC aos 10 anos	16
2. Que desafios temos sobre a mesa?	20
3. Oportunidade: o prisma para atuação estatal quanto à corrupção	24
Conclusão: os pilares de uma agenda para a integridade privada	26
A EXPERIÊNCIA DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CGE/MG) NA REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO.....	31
<i>Bernardo Oliveira Daibert e Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda</i>	<i>31</i>
Introdução	32
1. Regulamentação da Lei Anticorrupção	34
2. Implementação da Lei Anticorrupção e Principais Resultados Alcançados pela CGE/MG	39
Conclusão	46
Referências bibliográficas	47
O DESAFIO DA COORDENAÇÃO INTERNACIONAL NOS ACORDOS DE LENIÊNCIA ANTICORRUPÇÃO.....	51
<i>Carlos Higino Ribeiro de Alencar e Elizabeth Cristina Marques Cosmo</i>	<i>51</i>
Introdução	52
1. A punição da corrupção transnacional	53
2. A abordagem utilitarista, o problema da coordenação internacional e a resposta dos tratados anticorrupção	62
3. A deficiência na coordenação internacional e o surgimento de casos controversos	68
4. A experiência da bitributação e a proposta de tratados bilaterais anticorrupção	75
Conclusões	78
Referências bibliográficas	79

A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA LEI Nº 12.846/13 NA PERSPECTIVA DOS PRECEDENTES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO 83

<i>Felipe Barbosa Brandt</i>	83
Introdução	83
1. Os elementos da responsabilização objetiva.....	84
Considerações Finais.....	103
Referências bibliográficas	104

O ATO DE CORRUPÇÃO EM SENTIDO ESTRITO NA LEI 12.846/2013 107

<i>Marcelo Pontes Vianna e Renato Machado de Souza</i>	107
Introdução	107
1. A Corrupção Ativa da Perspectiva Penal	108
2. A Corrupção Ativa da Perspectiva das Convenções Internacionais.....	111
3. A Corrupção Ativa como Ato Lesivo da Lei Anticorrupção	115
4. Precedentes da Controladoria-Geral da União	121
Conclusão	127
Referências bibliográficas	129

INTERFACES ENTRE A LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/2013) E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021) 131

<i>Mario Vinicius Claussen Spinelli e Rafael Amorim de Amorim</i>	131
Introdução	132
1. Interfaces Materiais na NLLCA e na Lei Anticorrupção.....	133
2. Interfaces Processuais entre a NLLCA e a Lei Anticorrupção ..	141
Conclusão	144
Referências bibliográficas	145

INTERLOCUÇÃO ENTRE A LEI ANTICORRUPÇÃO E A LEI DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA 149

<i>Alexandre Cordeiro Macedo</i>	149
Introdução	149

1. Lei de Defesa da Concorrência e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	151
2. Lei Anticorrupção	156
3. Interlocução entre a Lei Anticorrupção e a Lei de Defesa da Concorrência	161
Conclusão	166
Referências bibliográficas	167

REGIME SANCIONADOR DA LEI 12.846/2013 E O BIS IN IDEM: INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E EXCESSO PUNITIVO... 171

<i>Renato Machado de Souza</i>	171
<i>Marcelo Pontes Vianna</i>	171
Introdução	171
1. Regime Sancionador da Lei 12.846 e Cumulação de Processos e Sanções	173
2. Princípio do <i>non bis in idem</i>	178
3. Análise de aplicação da Lei Anticorrupção	183
Conclusões	188
Referências bibliográficas	188

MULTA E PUBLICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA LEI ANTICORRUPÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROMOÇÃO DE INTEGRIDADE 193

<i>Leonardo Formiga Larrossa</i>	193
Introdução	193
1. Cálculo da Multa	197
2. Análise Crítica sobre a Base de Cálculo	198
3. Publicação Extraordinária	209
4. Considerações sobre a Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória	211
Conclusão	213
Referências bibliográficas	215

**PRIVADA: UMA ANÁLISE DA DOSIMETRIA DAS SANÇÕES
NAS MULTAS APLICADAS PELA CGU..... 217**

<i>Armando de Nardi Neto</i>	217
Introdução	218
1. A Integridade na Dosimetria das Sanções da Lei Anticorrupção	219
2. Análise do Efetivo Impacto de uma Política de Integridade nas Sanções de Multa.....	224
Conclusão	229
Referências bibliográficas	231

**RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL NO ÂMBITO DA
LEI ANTICORRUPÇÃO: ENTRE A SANÇÃO E A
REPARAÇÃO DE DANOS..... 235**

<i>Vanir Fridriczewski</i>	235
Introdução	235
1. O ponto de partida: responsabilidade administrativa e responsabilidade civil: há autonomia entre as instâncias?.....	237
2. Ponto dois: responsabilização civil: sanções e medidas ressarcitórias	240
3. Responsabilidade civil e reparação de danos: possíveis limitações	245
Conclusão	251
Referências bibliográficas	253

**O DEVER COOPERATIVO DE CONSENSUALIDADE E O
PROCESSO ADMINISTRATIVO DA LEI Nº 12.846/2013 255**

<i>Luiz Henrique Pandolfi Miranda</i>	255
Introdução	255
1. Modelo Cooperativo de Processo e o Dever de Consensualidade	257
2. Dever Cooperativo de Consensualidade e o Processo Administrativo	267
Conclusão	278
Referências bibliográficas	279

MONITORAMENTO DE ACORDOS DE LENIÊNCIA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E O MODELO NORTE-AMERICANO.....	283
<i>Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega e Ricardo Wagner de Araújo</i>	<i>283</i>
Introdução	283
1. Uma breve reflexão dos dez anos de vigência da Lei Anticorrupção	284
2. Aspectos introdutórios sobre o monitoramento dos Acordos de Leniência na legislação brasileira.....	288
3. O tratamento dos programas de compliance na legislação norte-americana	290
4. O monitoramento da implementação e aperfeiçoamento dos programas de compliance em acordos e instrumentos de colaboração	295
Conclusão	300
LEI N° 12.846, DE 1° DE AGOSTO DE 2013.....	303